

Aula 2

MEDIEVO: IGREJA E CRUZADAS

META

Promover o estudo da Igreja Cristã, seu papel institucional e o significado das Cruzadas nas transformações que começavam a ocorrer na sociedade ocidental.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Destacar as circunstâncias que permitiram à Igreja aliar domínio espiritual e poder material.
- Acompanhar a disputa de poder entre a Igreja e os Impérios.
- Identificar o papel da Igreja na preservação e divulgação da cultura e do conhecimento.
- Analisar a expansão da cristandade através das Cruzadas e a importância desse movimento como desencadeador de mudanças no ocidente europeu.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

No decorrer do século III, enquanto o Império Romano começava a ser abalado pela crise que acabou provocando sua divisão e o fim do Império Ocidental, a Igreja Católica se organizava de forma a conseguir o reconhecimento do catolicismo como religião oficial do Estado.

Na seqüência, enquanto os bárbaros invadiam o território imperial, provocando o caos e a desordem, a Igreja se firmava como a única instituição organizada e apta a ajudar os homens em tempos tão difíceis.

A partir de tais circunstâncias ela assume um papel decisivo na sociedade medieval, o que faz aliando ao trabalho espiritual um grande domínio material. “Com a ruralização da economia, que se estendeu por toda a Alta Idade Média, a Igreja, antes concentrada nas cidades, foi obrigada a se deslocar para os campos, e os bispos e abades se tornaram verdadeiros senhores feudais.

Nessa época, a Igreja tinha praticamente o controle do saber. O domínio da leitura e da escrita era privilégio quase exclusivo de bispos, padres, abades e monges. Os membros do clero eram, por isso, as pessoas mais aptas a ocupar cargos públicos, exercendo funções de notários, secretários, chanceleres. A Igreja, que antes dependia politicamente dos reis, começou a entrar em conflito com a autoridade real.” (ARRUDA e PILETTI, 1999, p. 105).

No século XI, a cristandade ocidental se expande através das Cruzadas, movimento desencadeador de significativas transformações ocorridas na Europa Ocidental.

IGREJA: PODER ESPIRITUAL E TEMPORAL



Figura 3: Igreja e Civilização Cristã/ <http://gloriadaidademediia.blogspot.com.br/2010/11/igreja-e-civilizacao-crista-cristandade.html>

Nos primeiros séculos da Era Cristã, enquanto a unidade do Império Romano desfazia-se lentamente, a crença dos homens em vários deuses também perdia terreno para o Cristianismo. Era o início da trajetória ascendente de uma “religião exclusivista, baseada na crença de um Deus único e senhor da verdade absoluta.”

Contando com uma organização que já estava definida por volta do século III, a Igreja pode dispor das condições para a vitória definitiva da religião cristã, conforme se verificou no século seguinte.

“Pode-se assim falar, a partir da cristianização do império, em clericalização da sociedade em dois sentidos: quantitativamente, porque a proporção de clérigos em relação ao conjunto da população torna-se muito superior à que existira no paganismo ou mesmo que viria a existir em outras sociedades; qualitativamente, porque o clero torna-se um grupo social diferenciado dos demais, possuidor de privilégios especiais e de grande poderio econômico.

Mas, como e o que originou esse fenômeno fundamental? Sua complexidade nos leva a lembrar aqui apenas uns poucos fatores. Em primeiro lugar, o fato de o clero cristão, ao contrário do de outras religiões, ter sido escolhido, instruído e ter recebido poderes diretamente da própria divindade: assim fez Cristo com seus apóstolos, estes com os seus discípulos, os primeiros bispos, estes, por sua vez com outros clérigos, e assim sucessivamente. [...] Depois, como decorrência do fator anterior, somente o clero poderia realizar os rituais da liturgia cristã [...], monopolizando a comunicação com Deus, o clero tornava-se responsável por todos os homens. Sem ele não haveria salvação.

Também não se pode esquecer que o caráter universalista fazia da Igreja cristã a única herdeira possível do Império Romano. [...] Assim, o desaparecimento do império, isto é, da face política da sociedade romano-cristã, não afetou a Igreja. Pelo contrário, alargou o campo de sua atuação: por exemplo, antes mesmo da queda do império, os bispos iam substituindo nas cidades a magistratura civil.

Igualmente importante para se entender a clericalização é considerar o crescente poder econômico da Igreja. Desde seus primeiros tempos, ela recebia donativos dos fiéis, apesar dos obstáculos colocados pelo Estado. A partir de 321, quando o imperador Constantino autorizou a Igreja a receber legados, a quantidade de seus bens cresceu rapidamente. [...] no século V, já era a maior proprietária fundiária depois do próprio Estado. [...] A chegada dos germânicos não alterou no essencial esse estado de coisas. Perfeitamente integrada na economia agrícola da época, a Igreja passou a receber e ceder benefícios. Tinha, portanto, vassalos, colonos e escravos. No século IX ela detinha, estima-se, uma terça parte das terras cultiváveis da Europa católica.” (FRANCO Jr, 1983, p.21/25).

O fato de a Igreja, ao contrário de outras instituições, continuar funcionando de forma organizada nos primeiros tempos da Idade Média e, assim, ter assumido a condução da sociedade medieval, requer a identificação de

alguns fatos que contribuíram para tanto. Um primeiro deles diz respeito à definição do poder temporal. “Em 325, o Concílio de Nicéia estabeleceu a igualdade entre os patriarcas (chefes espirituais) de Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Roma. Mas já se atribuía, desde então, autoridade especial ao bispo de Roma. Sua supremacia era defendida com argumentos extraídos dos Evangelhos: São Pedro, apóstolo fundador da Igreja de Roma, fora designado por Jesus como primeiro chefe da Igreja.

A autoridade do bispo de Roma sobre toda a cristandade ocidental começou a ser reconhecida por Teodósio, imperador que oficializou o cristianismo como religião do Império Romano e que empregou pela primeira vez a palavra papa. Pouco a pouco, esse poder foi se consolidando, até ser reconhecido oficialmente pelo imperador Valentino III, com a publicação do *Edito da Supremacia Papal*, em 445.” ((ARRUDA e PILETTI, 1999, p. 105).

A constituição do Estado da Igreja no século VIII deu a base temporal para a supremacia de Roma sobre a cristandade. A partir da doação feita por Pepino, o Breve, ao Patrimônio de São Pedro, de um território da península Itálica, o papa assumiu funções de monarca e criou o fisco pontifical, como forma de gerar rendas necessárias para a administração do Estado, as quais eram acrescidas das doações recebidas pela Igreja.

“O primeiro grande papa na Idade Média foi Gregório I (590-640), que se aproveitou da falência do poder imperial na península itálica, onde não havia governante, para assumir o poder temporal na região. Gregório I estabeleceu os direitos e obrigações do clero, estimulou a fé pelo canto gregoriano, desligou-se da influência do Império Bizantino e, acima de tudo, procurou converter os povos germânicos ao cristianismo, trabalho continuado por seus sucessores”. (ARRUDA e PILETTI, 1999, p.105).

Um fato também importante para a difusão do cristianismo e fortalecimento do papel da Igreja foi o surgimento do clero regular. “Paralelamente ao clero voltado para atividades em sociedade – ministrar sacramentos, orientar espiritualmente, ajudar os necessitados – e por isso chamado de clero secular, surgia um com características diversas. Era constituído por indivíduos que buscavam servir a Deus vivendo em solidão, ascese e contemplação: os monges. [...]

No Ocidente, a primeira grande experiência de um clero regular, isto é, submetido a uma regra específica de vida, deu-se com São Bento (480-547). Sua *Regra*, elaborada em 534, aproveitava muito de similares anteriores, porém com clareza e simplicidade novas. Por ela, a vida do monge beneditino transcorre em função do preceito do *ora et labora*. Oração e trabalho num duplo sentido, numa dupla forma de alcançar Deus: rezar é combater as forças maléficas, contribuindo para a salvação não apenas do próprio monge, mas também de toda sociedade [...]. Tanto quanto o trabalho manual,

o intelectual, a leitura de textos sagrados, prepara a alma para a oração. Enfim, orar é uma forma de trabalhar, trabalhar é uma forma de orar [...].

Graças a uma espiritualidade vigorosa, a Ordem Beneditina conheceu até o século XII imenso sucesso e cumpriu um papel de primeiríssima. Por exemplo, na evangelização da zona rural.” (FRANCO Jr., 1986, p.111/112). Os beneditinos também foram responsáveis pela ampla ação missionária, visando a evangelização dos povos germânicos ainda pagãos.

Com eles, a Igreja, “além de acumular riquezas materiais, foi se transformando no único depósito de cultura e conhecimento.” Os mosteiros foram, na verdade, os verdadeiros pólos culturais da Idade Média. Suas bibliotecas preservaram importantes obras da Antiguidade através do trabalho dos copistas, encarregados da transcrição dos textos clássicos gregos e latinos. Também existiam, ao lado dos mosteiros, escolas voltadas para a população pobre da região.

“A regra de são Bento se apresentava como uma “pequena regra para principiantes” [...] ficava entendido que existia um grau superior de perfeição a que se chegava na solidão, ponto extremo da fuga fora do mundo carnal a que o monge era convidado, e a regra instituiu as condições favoráveis aos primeiros passos na direção desse ideal. Na verdade, tratava-se menos de circunscrever espaços do que tempos que isolassem material e fisicamente a pessoa, a fim de que pudesse concentrar-se em si. Assim, pela obrigação do silêncio, experiência de retiro, de encerramento, o indivíduo rompendo as comunicações com o grupo, proposta como uma privação, mas também como projeto de uma ascensão espiritual. Sem dúvida, para esses principiantes que eram os monges beneditinos, a prova do silêncio sofria atenuações. Vivendo em comunidade, precisavam trocar mensagens, e para isso elaborava-se em Cluny uma complexa linguagem gestual. Por outro lado a proibição de falar caía cotidianamente durante a reunião capitular e em certos dias no claustro [...] Contudo, as conversações “privadas” eram suspensas nos tempos fortes da penitência, durante as quaresmas, enquanto se via exaltado o grande silêncio da noite, garantia, para são Bento, da mais alta elevação da alma. Ademais, uma parte dos tempos de silêncio era ocupada pela leitura individual, outro exercício de recolhimento em si mesmo. [...] Enfim, a regra de são Bento convidava a orações “privadas”, intensas, breves, mas freqüentes.” (Duby, 1990, p. 509).

Cabe ainda mencionar, a propósito da Igreja medieval, que as vantagens obtidas num primeiro momento com a forte aliança que manteve com os Impérios, a exemplo do que aconteceu com o Império Carolíngio, acabaram levando a um conflito com a autoridade real.

“Numa reação contra esse estado de coisas, a Igreja da Idade Média Central teve como objetivo buscar sua autonomia e, sobretudo, [...] tomar

a direção de toda a sociedade. O primeiro passo em direção àquela dupla meta foi, em princípio do século X, a fundação do mosteiro Cluny, na Borgonha. O documento que criava a abadia já expressava a intenção de mantê-la livre de interferências, para que seus monges “nunca se submetam ao jugo de qualquer poder terreno.” No seu programa de submissão dos laicos aos clérigos, Cluny teve importante participação na elaboração da idéia da Trégua de Deus e de sua decorrência, a Guerra Santa.” (FRANCO Jr, 1986, p. 115/116).

TRÉGUA DE DEUS

“Datada de princípios do século XI, a Trégua de Deus proibia o uso de armas alguns dias por semana, correspondentes à Paixão e Ressurreição, ou seja, da tarde de quarta-feira ao amanhecer de segunda-feira. Igualmente não se podia lutar em certos momentos do calendário litúrgico, caso do Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes.” (franco Jr, 1986, p.116).

Na luta pela autonomia da Igreja o papa Nicolau II estabeleceu em 1059, uma nova regulamentação para a eleição do pontífice. A regulamentação eliminava a intervenção da nobreza de Roma e especialmente do imperador, na eleição do pontífice, que passava a ser um direito dos cardeais. Quando em prosseguimento à reforma eclesiástica o papa Gregório VII proibiu a outorga de ofícios eclesiásticos por parte de leigos, quebrando uma antiga tradição, desencadeou a chamada Questão das Investiduras, só resolvida em 1122, com a decisão de que bispos e abades fossem investidos na sua função espiritual pela Igreja e nas suas funções temporais pelo rei.

MEDINDO E CONTROLANDO O TEMPO

“Você conhece estas palavras? “... especialmente nos dias de inverno, o ofício das matinas começa quando ainda está alta a noite e a natureza toda adormecida, porque o monge deve levantar-se na escuridão e na escuridão rezar, esperando o dia e iluminando as trevas com a chama da devoção. Por isso a regra predispôs sabiamente vigilantes que não repousavam como os demais, mas passavam a noite recitando ritmicamente o número exato de salmos que lhes dessem a media do tempo transcorrido, de modo que, ao término das horas dedicadas ao sono dos outros, aos outros davam o sinal de vigília”.

Bonito, não é mesmo? Elas estão no livro O Nome da Rosa, de Umberto Eco, um dos raros romances ambientados historicamente na Idade Média. Quem ler o livro vai ver que os capítulos têm por títulos

palavras como “matinas”, “laudes”, “primeira”, “nona” etc., ou seja, as horas canônicas ou litúrgicas, pelas quais os religiosos orientavam suas atividades.

As “matinas” que aparecem no trecho citado, correspondiam ao período que vai das 2h30 às 3h da madrugada, quando os monges começavam sua reza diária, bem antes de o galo – o “despertador” daqueles tempos – anunciar o nascer do Sol. O autor do livro também fala dos “vigilantes”, que passavam a noite recitando salmos para marcar o tempo, funcionando como uma espécie de mecanismos humanos de um grande relógio: o relógio divino.

As horas canônicas anunciadas pelo toque dos sinos, que mandavam a distância o som que funcionava como a voz da eternidade, marcando o tempo de todas as pessoas. Tempo de repouso e tempo de trabalho; tempo de oração e tempo de festa; tempo de vida e tempo de morte. Mais de morte que de vida, na verdade, porque aquele tempo, marcado e controlado pela Igreja, também anunciava o Apocalipse: a esperança de salvação dos homens, principalmente os oprimidos.

Assim, o controle sobre o tempo foi uma das preocupações da Igreja, e isso durou até que os relógios mecânicos, tempos depois, viessem ocupar o lugar dos sinos; até que o tempo dos homens passasse a ser marcado e controlado pelos senhores – desta feita, não mais os que pretendiam guiar as almas para o Paraíso, mas aqueles que dirigiam os corpos para o trabalho: os patrões. Mas, antes que os patrões assumissem o lugar da Igreja no controle sobre o tempo das pessoas, a história dos homens foi a história da Igreja. Ela controlava e media um tempo que “começa com Deus” e é “dominado por Ele”; falava em nome de Cristo, que “abolira” lendas e doutrinas sobre o destino dos homens após a morte, lançando a idéia de salvação. Para realizar a possibilidade de salvar-se eternamente recomendava a renúncia aos bens terrenos que também significava a aceitação de uma vida miserável, a entrega de dízimos e a doação de riquezas acumuladas, o que muitos mercadores chegaram a fazer no fim de suas vidas, transferindo-se para os conventos com toda a sua fortuna.” (MICELI, 1986, p.21/23).

AS CRUZADAS



Figura 4: A Quarta Cruzada: uma das mais importantes da Idade Média/ <http://guerras.brasilecola.com/idade-media/a-quarta-cruzada.htm>

“As Cruzadas foram uma contra-ofensiva da cristandade diante do avanço dos muçulmanos”. Concebidas dentro do espírito da Reforma Gregoriana, elas “deveriam funcionar não só como um elemento de pacificação interna da Europa católica, mas especialmente como um fenômeno aglutinador da Cristandade sob o comando da Igreja. Por isso acenava-se para seus participantes com a remissão dos pecados, a proteção eclesiástica sobre suas famílias e bens, a suspensão do pagamento de juros. Enfim, objetivava-se colocar a sociedade laica sob o controle da sociedade clerical, e alargar a área de atuação desta última pela submissão dos infiéis (Cruzadas no Oriente Médio e na Península Ibérica), dos cismáticos (Cruzada contra Bizâncio) e dos hereges (Cruzada contra os cátaros).” (FRANCO JR, 1986, P.119).

“Para a realização das Cruzadas, a ascensão do poder papal foi importante. Com o cisma ocorrido na Querela das investiduras, a Igreja passou a ter dois papas. O papa no exílio, Urbano II, queria demonstrar que era, de fato, o verdadeiro papa e reafirmar sua autoridade sobre toda a Igreja. Convocar a Cruzada era uma demonstração de força e prestígio junto aos fiéis.

Deve-se considerar ainda o Cisma do Oriente, em 1054, quando o patriarca de Constantinopla rejeitou a Supremacia de Roma e passou a se considerar chefe supremo da Igreja no Império Bizantino. Reconquistar esses fiéis para a Igreja de Roma era mais um estímulo para a Cruzada”. Além disso, “o próprio imperador bizantino estava interessado numa ofensiva contra os muçulmanos, para afastar a pressão desse povo contra Constantinopla”. (ARRUDA e PILETTI, 1999, p.121).

A primeira Cruzada foi convocada pelo papa Urbano II em 1095, com o propósito de libertar a Terra Santa do domínio dos Turcos seljúcidas. Popularizada nos séculos XII e XIII, a idéia de guerra santa que serviu de justificativa para a primeira Cruzada acabou uma série de movimentos de expansão feudal, também denominados de Cruzadas.

“Pode-se dividir essa expansão em duas fases: a primeira no século XII, quando ainda se guardava um sentido real de guerra santa, e a segunda no século XIII, quando os objetivos das campanhas eram claramente políticos.” (REZENDE FILHO, 1995, p. 41).

“È dura a vida dos clichês históricos. Isso é notável a propósito das Cruzadas. E, antes de mais nada, a própria persistência do termo tem motivos para surpreender: há muito tempo, no entanto, os medievalistas observaram que se tratava de um vocábulo moderno, nascido provavelmente da imitação do espanhol *cruzada* ou do italiano *cruzeta* (termos que aliás designavam as esmolas dadas em benefício dos cativos da Terra Santa e não as próprias expedições). O termo “Cruzada” quase não é utilizado no francês antes do século XVII. Quanto à numeração que foi aplicada a elas, constitui decerto um sistema cômodo, mas que não corresponde a qualquer realidade; era forte a tentação de assimilar mais ou menos essas expedições aos empreendimentos coloniais e até às guerras napoleônicas...” (PERNOUD, 1993, p. 23).

AS CRUZADAS

Cruzada – Data	Quem a comandou	Resultados
Primeira – 1096 – 1099	Nobres Europeus	Conquista de Jerusalém e estabelecimento dos Estados latinos na Terá Santa (Reino de Jerusalém, Principado de Antioquia, condados de Edessa e Trípoli).
Segunda – 1147 - 1149	Luí V da França e Conrado III da Alemanha	Os cristãos foram derrotados; uma tentativa de ocupar Damasco fracassou
Terceira (Cruzada dos Reis) – 1189 – 1192	Frederico I (Alemanha), Filipe II (França) e Ricardo Coração de Leão (Inglaterra)	Os cristãos capturaram São João d’Acre, mas não conseguiram alterar a situação de perda da maior parte das possessões na Terra Santa
Quarta – 1202 - 1204	Nobres europeus convocados por Inocêncio III, com participação dos venezianos	Saque de Constantinopla e formação do Império Latino do Oriente
Quinta – 1218 - 1220	Cristãos de diversos países europeus	Os cruzados tentaram conquistar o Egito, mas foram derrotados
Sexta – 1228 - 1229	Frederico II da Alemanha	Assinatura de um acordo com os turcos, que garantiu por 15 anos o controle cristão sobre Jerusalém
Sétima – 1248 - 1250	Luí IX da França	Dirigida contra o Egito, não obteve resultados
Oitava – 1270	Luí IX da França	Dirigida contra a Tunísia, não obteve resultados
Nona – 1271 - 1272	Eduardo I da Inglaterra	Pequena expedição contra a Tunísia, não alcançou vitória

(REZENDE FILHO, 1995, p. 43)

CONSEQÜÊNCIAS DAS CRUZADAS



Figura 5: Renascimento Comercial e Urbano. <http://www.not1.xpg.com.br/renascimento-comercial-e-urbano-burguesia-e-producao-baixa-idade-media/>

“No plano militar, as cruzadas fracassaram, entre outras razões, por causa da falta de um comando único, da má organização e da perda do objetivo original. Apesar disso, sua influência nos rumos da sociedade européia foi enorme.

No plano econômico, as cruzadas foram responsáveis pela reabertura do Mediterrâneo à navegação e ao comércio da Europa. Cidades com grande atividade comercial, como Veneza, Pisa e Gênova, foram as mais beneficiadas. Essa reabertura possibilitou o reatamento das relações entre o Ocidente e o Oriente, interrompidas pela expansão islâmica. Portanto as cruzadas ajudaram a acelerar o renascimento comercial na Europa.

O malogro das cruzadas contribuiu para aumentar a crise do sistema feudal. O reaparecimento do comércio, intensificado pela reabertura do Mediterrâneo, propiciou o renascimento das cidades na Europa. Com o renascimento comercial e urbano ocorreu a formação de um novo grupo social, a burguesia. Características típicas do feudalismo começavam sua lenta modificação, e o poder e a influência da nobreza feudal sofria seus primeiros desgastes em um declínio que levaria vários séculos.

Em síntese, o renascimento do comércio e das cidades, a intensificação da crise do feudalismo, os primeiros sintomas de declínio da nobreza e a ascensão da burguesia foram conseqüências diretas do movimento das cruzadas”. (Costa e Mello, 2008, p. 172).

A MULHER NOS TEMPOS DAS CRUZADAS

“Ocorreu então um movimento conjunto de homens e mulheres tal como ninguém se lembra de ter algum dia visto semelhante: as pessoas mais simples sentiam-se realmente impelidas pelo desejo de venerar o Sepulcro do Senhor e de visitar os Lugares Santos... Esses homens tinham tanto ardor e impulso que todos os caminhos ficaram cobertos deles [...]” É uma mulher que se exprime, Ana Comnena, filha do imperador Aleixo. Portanto, uma princesa bizantina, que é a primeira historiadora, e a mais completa, do que chamamos a Primeira Cruzada (1095-1099). Foi uma mulher quem primeiro contou essa grande agitação que abalou de maneira tão profunda o Ocidente e o Oriente Médio; e essa mulher assinala, desde as primeiras linhas de sua narrativa, a presença de mulheres. Presença que quase não chamou a atenção dos vários historiadores modernos, mas que teve uma importância apreciável e às vezes primordial [...]

Ana Comnena – que escreve 40 anos depois dos acontecimentos – tinha 13 anos quando essa onda de população, que impressionou tanto a sua imaginação quanto os seus olhos, chegou às margens do Bósforo. “O imperador (Aleixo)”, escreve ela, “ouviu o rumor relativo à aproximação de inúmeros exércitos francos.” [...] De fato, a maioria deles era de franceses de todas as regiões, inclusive da Bélgica de hoje, mas eram acompanhados de alemães, de ingleses, de italianos e até de espanhóis. O primeiro impulso ao movimento fora dado na França quando do Concílio de Clermont a 27 de novembro de 1095; o papa Urbano II, de origem francesa, exortara os cristãos a ir socorrer seus irmãos do Oriente Médio e a reconquistar a Cidade Santa, Jerusalém. Um número incrível de pessoas, notáveis ou desconhecidas, ricas ou pobres, havia “tomado a cruz”, comprometendo-se a partir e testemunhar seu desejo costurando uma cruz no ombro, donde o termo “cruzado”.

A primeira partida ocorreu no mês de agosto de 1096 para atingir Jerusalém três anos depois, no mês de julho de 1099. Uma vez a Cidade Santa tomada de assalto, certo número de cavaleiros permaneceu na Terra Santa, na Palestina, e nos principados fundados em Antióquia, em Edessa e depois em Trípoli, que serviam de fortalezas ao próprio reino de Jerusalém. Respondendo aos seus chamados de socorro, as expedições provenientes do Ocidente iriam suceder-se a partir de então, algumas mais importantes do que as outras, dirigidas por reis ou imperadores. Mesmo assim, Jerusalém será retomada por Saladino em 1187, e o último bastião ocidental, São João de Acre, cairá um século depois, em 1291. [...]

A imagem que vem espontaneamente à mente a seu respeito (das Cruzadas) é a de um exército como os nossos; tropas marchando em ordem sob a direção de chefes militares, reis, príncipes ou imperadores à frente. Ora, não é absolutamente essa a impressão que nos passa a leitura de Ana Comnena: “Enormes multidões, homens, mulheres e crianças”, escreve ela. Imagina-se com obstinação o senhor partindo sozinho, deixando a castelã no castelo. [...] Mas era hábito geral, repetimos, ver cavaleiro e dama partirem juntos.

Existe, para isso, uma razão profunda: não se está partindo para uma expedição militar, para uma guerra de conquista, e sim para uma peregrinação. Esquecer esse ponto de partida essencial é arriscar-se a nada compreender das “cruzadas”, vasto movimento que abalou a Europa inteira.” (PERNOUD, 1993, p. 19-21/25).

CONCLUSÃO

Com a reforma do século XI, a Igreja passou a reunir todas as condições para o exercício do poder papal sobre a comunidade cristã. “Em relação aos clérigos, o papado legisla e julga, tributa, cria ou fiscaliza universidades, canoniza os santos, institui dioceses, nomeia para todas as funções, reconhece novas ordens religiosas. Em relação aos laicos, julga em vários assuntos, cobra o dízimo, determina a vida sexual (casamento, abstinência), regulamenta a atividade profissional (trabalhos lícitos e ilícitos), estabelece o comportamento social (roupas, palavras, atitudes), estipula os valores culturais.” (FRANCO Jr., 1986, p.120).



RESUMO

O fato de a Igreja Católica ter chegado ao século III, com uma estrutura organizada o suficiente para se transformar em religião de Estado, foi fator decisivo para lhe dar o suporte necessário ao papel que desempenhou no medievo.

De fato, após a crise provocada pelas invasões, e que acabou levando ao desaparecimento do Império Romano do Ocidente, a Igreja, como única instituição organizada da época, pode realizar a articulação entre romanos e germânicos, da qual resultou a Idade Média Ocidental.

No ambiente de caos e insegurança que marcou a vida dos europeus a partir do século V, a Igreja, que já contava com a atuação do clero secular, beneficiou-se com o trabalho missionário realizado pelos monges na zona rural, especialmente junto aos germânicos.

Paralelamente às ações missionárias ela também se organizou para aliar, ao poder espiritual, também poder temporal.

Sob a supremacia de Roma, a Igreja foi se consolidando como a instituição mais poderosa do Ocidente. Mas era ainda preciso conquistar a autonomia em relação ao Estado. Na sua luta contra o poder laico a Igreja enfrenta alguns impasses, mas, a partir do século XI, ela consegue reunir as condições para o exercício do poder papal sobre a comunidade cristã.

Um fato importante nessa luta da Igreja pela autonomia foi a reforma realizada pelo papa Gregório VII (1073-1085) - por isso chamada Reforma Gregoriana – por ter influenciado a concepção das Cruzadas, movimento que possibilitou a expansão do cristianismo e provocou importantes transformações na Europa.



1. Após a crise do Império Romano a Igreja consolidou sua supremacia sobre os povos ocidentais. Fale sobre o processo de clericalização da sociedade européia no medievo.
2. Explique o que diferencia o clero secular do clero regular.
3. Sobre as Cruzadas responda o que se pede: como se explica a afirmação de que apenas as primeiras expedições guardavam um “sentido real de guerra santa?”
4. Indique as principais conseqüências das Cruzadas.



Com o tema relativo à formação das cidades medievais, objeto de estudo da nossa próxima aula, daremos prosseguimento aos trabalhos acadêmicos do curso de História Medieval II.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História. História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- DUBY, Georges. A solidão nos séculos XI-XIII. In. Ariès, Philippe e Duby, Georges (org). **História da vida privada**. Da Europa feudal à Renascença. v. 2. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FRANCO Jr., Hilário. **A Idade Média: o nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- **O Feudalismo** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. V. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LINS, Ivan. **Idade Média, A Cavalaria e as Cruzadas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.
- MACDONALD, Fiona. **O Cotidiano Europeu na Idade Média**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.
- MICELI, Paulo. **O Feudalismo** São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. (Coleção Discutindo a História).
- **Guerra e poder na Sociedade Feudal**. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção História em Movimento).
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A caminho da Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- Pernoud, Régine. **A mulher nos tempos das cruzadas**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1993.